

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Maurício Zanotto

BEATITUDE E LIBERDADE DA CONSCIÊNCIA EM
SANTO TOMÁS DE AQUINO

Passo Fundo

2020

Maurício Zanotto

Beatitude e liberdade da consciência em Santo Tomás de Aquino

Monografia apresentada ao curso de Filosofia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia, sob orientação do prof. Dr. Miguel da Silva Rossetto.

Passo Fundo

2020

Maurício Zanotto

Beatitude e liberdade da consciência em Santo Tomás
de Aquino

Monografia apresentada ao curso de Filosofia,
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade de Passo Fundo, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Filosofia, sob orientação do prof. Dr. Miguel da
Silva Rossetto.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus, que na sua infinita bondade, criou o homem à sua imagem e semelhança, sendo ele o princípio e o fim da vida humana, não deixa nenhum de seus filhos desamparados e é a perfeita Beatitude.

Aos meus pais, Inocencio e Rosa, pelo constante apoio em minha caminhada, amor e por serem o local onde encontro forças para seguir.

Aos meus irmãos, Mateus e Miacon, minhas cunhadas, Maira e Carla, meus sobrinhos, Felipe e Gabriel e minha sobrinha e afilhada Érica, por estarem sempre ao meu lado, me incentivando e demonstrando a força e a Graça da família.

A Diocese de Vacaria, Dom Silvio Guterres Dutra, bispo diocesano de Vacaria, e presbíteros da diocese, pelo auxílio e pela oportunidade de formação.

Aos amigos do Seminário Diocesano Nossa Senhora da Oliveira, Daniel, Douglas, Edimar, Eduardo, Marlon e Renan, e em especial ao formador Pe. Elisandro Guindani, pelo apoio e incentivo nesta caminhada.

Ao professor Dr. Miguel da Silva Rossetto, pela sua incansável dedicação, compreensão e paciência na elaboração deste trabalho.

Aos demais professores da UPF.

Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reinos dos céus. Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados. Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que sofrem perseguição, por causa da justiça, porque deles é o reino dos Céus. Bem-aventurados sereis quando vos insultarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o gênero de calúnias contra vós, por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque grande será a vossa recompensa nos Céus; porque também assim perseguiram os profetas que vos precederam. (Mt 5,3-12)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é dar uma visão geral para o conceito de beatitude em Santo Tomás de Aquino, a partir da análise da primeira parte da segunda parte da Suma Teológica, mais especificamente das questões um a três, explorando, a partir deste conceito a possibilidade da liberdade da consciência. Santo Tomás (1225-1274) foi um frade dominicano, filósofo e teólogo. É o autor da “Suma Teológica”, sua mais importante obra, criada com o objetivo de comprovar que a razão humana não se opõe a fé. Tomás afirma que a beatitude consiste no fim último do homem, sendo assim, não reside nem nas riquezas, nem no prazer, no poder ou na glória, pois estes apenas dão ao homem uma falsa sensação de felicidade, uma felicidade passageira. Enquanto em Aristóteles a felicidade era imanente, para Tomás de Aquino, ela tem uma dimensão transcendente, pois enquanto o que Aquino chama de beatitude imperfeita, aquela vivenciada aqui na terra, a beatitude perfeita é aquela que experienciaremos na vida eterna. Neste contexto, o problema de investigação é, se a liberdade da consciência humana prevalece na condução dos modos de vida apesar da perspectiva pré-anunciada de um fim último.

Palavras-chave: Beatitude. Felicidade. Fim último. Santo Tomás de Aquino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 O HOMEM E SUA FINALIDADE	11
2 O HOMEM E A BEATITUDE	18
3 BEATITUDE E LIBERDADE DA CONSCIÊNCIA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
Referências	36

INTRODUÇÃO

A investigação sistemática de Santo Tomás de Aquino acerca da beatitude ainda tem impacto para a filosofia contemporânea e/ou para os modos de vida? De algum modo este estudo tem atualidade? A concepção de beatitude do Aquinate desconsidera a liberdade da consciência dos indivíduos? Seria o homem um ser absolutamente determinado em vista de seu fim último? Ora, nossa hipótese, à luz destas questões, compreende que não há dúvidas de que a busca pela beatitude, pelo bem perfeito, apesar de ser uma posse transcendente, tem influência decisiva sobre o modo de vida humano, contudo, não deixa de fortalecer a importância da consciência e da liberdade dos homens como promotoras da moral.

Bem, Santo Tomás de Aquino possui uma vida inteiramente dedicada a meditação e ao estudo. Nasceu no castelo de Roccasecca, perto de Aquino, em 1225, inicialmente estudou com os monges beneditinos, em 1244, ingressou na Ordem dos Dominicanos. Em 1245 mudou-se para Paris onde continua sua formação com Alberto Magno. Obteve o título de doutor em teologia no ano de 1259, neste mesmo ano retornou à Itália e iniciou sua carreira como professor. Voltou para Paris, neste mesmo ano e durante mais ou menos três anos, de 1269 a 1272, exerceu a sua profissão de professor. Retornou à Itália, no convento dos monges cistercienses de Fossanova, onde veio a falecer, não muito distante de sua cidade natal, no dia 7 de março de 1274, com apenas 49 anos de idade. Suas influências foram os filósofos gregos Aristóteles e Platão, também os escolásticos Anselmo de Aosta e Bernardo de Clairvaux. Mas foi principalmente influenciado por Santo Agostinho de Hipona e, mais ainda, por Alberto Magno, seu mestre em Paris. O Santo possuía um espírito metódico e incansável, se empenhou em ordenar o saber teológico e moral acumulado na Idade Média. Produziu extensa obra, com mais de sessenta títulos, dentre os principais, *O Ente e a Essência* (1253-1256), *Suma Contra os Gentios* e as *Questões Sobre a Alma* (1259-1246) e finalmente a sua mais célebre obra, apesar de não concluída, a *Suma Teológica*. (SELEÇÃO..., 1988, p. 7)

O Doutor Angélico é um metafísico da envergadura de Aristóteles e Santo Agostinho, porém mais sistemático, como se pode perceber na *Suma Teológica*, devido à época medieval. Seus escritos filosóficos cristãos são base para o pensamento da Igreja Católica até os dias de hoje, sua definição de beatitude ainda

não foi superada. Sua filosofia cristã, como afirma De Boni (1995, p. 524), “[...] garantia-lhe uma visão unitária e global do ser, do saber e da vida, [...]”.

Na primeira questão da primeira parte da segunda parte da *Summa Theologiae*, Tomás de Aquino fala sobre os atos humanos, que o homem é o senhor dos seus atos e o é pela razão e pela vontade. Como o objeto da razão é o fim e o bem, é necessário que todas as ações humanas tendam para um fim (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. I). Os seres dotados de razão se movem para um fim por causa do domínio de seus atos pelo livre arbítrio, os demais, irracionais, tendem a um fim por inclinação natural (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. II), “[...] o fim último dos homens é a beatitude [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. VIII).

Se [...] considerarmos o último fim do homem quanto à consecução, então, as criaturas irracionais não têm o mesmo fim que o homem. Pois, este e as demais criaturas racionais obtêm o último fim conhecendo e amando a Deus; o que não se dá com as outras criaturas, que alcançam o fim último, enquanto participam de alguma semelhança de Deus, na medida em que existem, vivem, ou ainda, conhecem. (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. VIII, c.)

O homem não possui o mesmo fim que os animais irracionais pois ele conquista o seu fim último, diferentemente dos outros seres que já possuem seu fim último pré-estabelecido devido sua própria existência. Os homens só conseguem chegar ao fim último quando ele conhece e ama a Deus. Como afirma o Aquinate, “[...] beatitude significa obtenção do último fim [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. VIII, c.). Ter ciência do fim último é imprescindível ao homem, sem o qual não haveria possibilidade de encontrá-lo. Aspecto que, em nossa leitura, demarca a aposta de Aquino na capacidade intelectual do homem e, em seu conseqüente entendimento de liberdade da consciência individual.

Trata-se de uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos. Tomás escreveu acerca da beatitude em dois livros, na *Suma Contra os Gentios* e na *Suma Teológica*, porém, será a partir da análise dos textos desta última e com auxílio de comentadores que dar-se-á esta pesquisa, com o objetivo de analisar o que é, para Tomás de Aquino, a beatitude, bem como analisar os impactos desta para o modo de vida humano.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro apresenta-se a concepção de homem, procurando explorar, especialmente, a perspectiva de uma natureza humana em Aquino que não limite a atuação livre e responsável do homem.

No segundo capítulo está contido o pensamento cristão de Santo Tomás de Aquino, onde ele apresenta o conceito de beatitude e a definição de beatitude perfeita e imperfeita, perpassando pelos problemas humanos de acúmulo de riquezas, do prazer, do poder e da glória. No terceiro capítulo desenvolve-se aspectos da ética tomista a partir do livre arbítrio e da razão e, ao final apresentam-se as considerações finais sobre o que foi estudado durante o trabalho.

1 O HOMEM E SUA FINALIDADE

A concepção de homem sempre foi tratada com sistematicidade pelos filósofos, desde a origem da filosofia. Isso porque o modo como se concebe o homem tem impacto direto na elaboração de um sistema ou de uma doutrina filosófica. O que é o homem? Qual sua natureza? Tem o homem uma natureza? A natureza humana tem condições de determinar a história do homem? A essência do homem predefine sua finalidade e suas ações? Essas e outras questões ocuparam também a São Tomás de Aquino e, de modo especial, a Suma Teológica nos apresenta esta temática, que nos ajuda a entender o próprio tratado da bem-aventurança, tema central desta pesquisa.

Vamos, portanto, discorrer aqui sobre esta questão indicando alguns aspectos que são, em nossa leitura, decisivos não somente para compreender a concepção de homem em Aquino, mas, principalmente, para melhor tratar de nosso problema de investigação.

Podemos dizer, inicialmente, que para o Aquinate o homem não pode ser concebido de forma dualista isolada, onde corpo e alma são compreendidos separadamente, mas sim na unidade substancial de corpo e alma. Ele toma por base a doutrina aristotélica do *hylomorfismo* (*Sum. Theo. I, q. LXXVI*), que prevê a composição de matéria e forma em todos os seres. Sendo assim, percebe-se que não pode o corpo isoladamente ter medo, fome ou sede, mas o homem, como a união de alma e corpo, que tem medo, fome ou sede, isto é, “[...] corpo e alma participam juntos dessa operação, e, por isso necessitam um do outro [...]” (COSTA, 2020, p. 344). Ou seja, o corpo não é, deste modo, uma determinação absoluta da alma, o que indica um sensível enfraquecimento de um dualismo radical na filosofia tomasianista.

Por coerência, nem o corpo é impedimento à perfeição do homem e nem a alma é completa em si mesma. Ao contrário, “[...] o corpo humano é o único apto para servir de órgão para os sentidos [...]” (COSTA, 2020, p. 345), ao mesmo tempo em que “[...] para inteligir o homem necessariamente necessita dos dados fornecidos pelos sentidos [...]” (SCOPEL, 2017, p. 43). Com isso, podemos concluir que a própria alma realiza a operação de conhecer através da captação das espécies sensíveis. Isso significa que, para se falar de “homem” no sentido de *ente* humano existente, é preciso que corpo e alma coexistam simultaneamente numa unidade substancial e

ontológica, uma vez que suas operações são conjuntas (*Sum. Theo.* I, q. LXXVI, a. V).

Para Santo Tomás, “[...] é preciso saber que um ente pode ser considerado mutável de dois modos: por um poder de mutação que lhe é inerente, ou em virtude de um poder estranho” (*Sum. Theo.* I, q. IX, a. II). Essa definição, nos faz entender que a natureza humana tem uma capacidade inerente de transformação, porém, que não é a única espécie ou possibilidade de mutação, mas, que pressupõe a abertura para transformar-se a partir de uma força externa a ele próprio. Há, pois, na criatura, dupla potência, a ativa e a passiva, sendo a potência passiva aquela que não pode ser desenvolvida pelo homem por si só, mas apenas pela interferência de um ser superior ou externo, enquanto a potência ativa é intrínseca ao ser e independente de ação de outrem.

A potência passiva pode ser compreendida como a aptidão que uma natureza tem, de receber, através de um agente superior, uma determinação que ultrapassa sua capacidade natural e independente. A potência passiva, apesar de intrínseca à natureza de um ser, necessita da ação extrínseca de um ser superior para ser atualizada. Nesta lógica, o homem, ser inteligente, possuiria uma determinada capacidade de atualizar a potência passiva de um ser inferior, como por exemplo, atualizar a potência de uma árvore transformar-se em um banco de madeira. Esse ponto é importante, pois, aqui podemos nos perguntar sobre o ser superior ao homem que poderia animar sua potência passiva e, nesse sentido, apontar a necessária existência de um ser mais perfeito que o homem.

O homem é, portanto, absolutamente capaz de realizar sua natureza perfeitamente. O homem está em condições de elevar a si mesmo ao grau máximo de sua própria perfeição, assim como a madeira tem potência ativa suficiente para chegar ao grau máximo de perfeição que lhe é possível por meio de sua potência ativa. Mas, a ação do homem sobre ela, transformando-a em um artefato a eleva em um grau ainda maior de perfeição, um grau a que a madeira não consegue chegar por si mesma.

Uma vez impossível ao homem ativar sua própria potência passiva, exige ele que um ser superior a faça. A plenitude humana é dependente desta abertura. A natureza humana possui a potência passiva para a Graça Divina, para a visão

beatífica, portanto, a natureza humana não exige, para sua perfeita realização, a atualização desta potência.

Uma vez que a plenitude do homem é sobrenatural, ou seja, está acima das capacidades humanas, não tem como tomar conhecimento ou posse dela valendo-se meramente dos recursos puramente naturais da razão ou da vontade, ou seja, o homem não pode deduzir, demonstrar racionalmente, nem conquistar essa realização absoluta puramente de modo racional, ele precisa tomar conhecimento e aproximar-se deste estado a partir da revelação e crê-la por fé. Assim, o homem não tem, nem pode ter um desejo ou exigência natural da visão beatífica.

Contudo, o homem é o senhor dos seus atos, o é pela razão e pela vontade. Só se pode chamar de ação humana aquela que provém da racionalidade, do livre-arbítrio. Então, todas as ações humanas são dirigidas para a finalidade do homem? Aquino (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. I) propõe, aqui, uma diferenciação entre as ações que são do homem, e estas podem ser diversas e iguais às ações de qualquer outro animal, como comer, e as ações que propriamente humanas, resultado daquilo que demarca a distinção entre o homem e os outros seres, a sua racionalidade. Diferentes das pedras, que são regidas apenas pelas leis naturais, o homem é dotado da capacidade de escolha que possibilita colocar suas ações direcionadas a um fim último.

Como o objeto da vontade é o fim e o bem, é necessário que todas as ações propriamente humanas tendam também para um fim (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. I, R.). Os seres dotados de razão (homem) se movem para um fim devido graças ao domínio de seus atos pelo livre arbítrio, os demais tendem a um fim por inclinação natural, pois “[...] chamam-se humanos os actos procedentes da vontade deliberada [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. IV, R.).

A liberdade tem a sua raiz no conhecimento intelectual. Portanto, a pessoa humana é livre em suas escolhas. Conhece a sua existência e tem a capacidade de atribuir a si mesma os seus próprios atos, em um estado de auto-posseção de si mesma apreendendo-se como um todo autônomo e responsável. Ser pessoa implica não apenas o existir em si e para si, mas também ser senhor de si. Dessa forma, entre os seres do mundo visível, só o homem merece o nome de pessoa por representar o seu papel na sociedade (PIRATELI, OLIVEIRA, 2008).

O Aquinate, segundo, divide os atos humanos em quatro graus distintos: (1) a intenção; (2) o conselho; (3) o consentimento e (4) a eleição. (1) A intenção é a direção da vontade para uma finalidade, “na intenção a vontade tende ao fim enquanto termo último do seu movimento” (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 478). (2) Após a escolha do fim, a vontade passa a escolher os meios para atingi-la, mediante um ato de deliberação, porém, sem determinar o fim. “Todavia, o que é considerado fim de uma deliberação pode ser considerado meio em relação a outra, e assim por diante, até o fim último, que não pode se tornar meio” (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 478). (3) Nossa livre escolha nos leva a formulação de vários juízos, cada qual apresenta algum aspecto desejável, fazendo reconhecer nela uma certa bondade. É para esta bondade que se volta a potência apetitiva do homem. (4) “Pelo consentimento as ações ou coisas propostas pelo conselho adquirem um valor subjetivo” (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 478). A decisão se dá pela eleição que é um ato comum do intelecto e da vontade.

Fica muito evidente, aqui, que o entendimento humano do seu fim último é fundamental para que o homem bem dirija sua vida. Primeiramente, no sentido de não autocompreender-se independente e absoluto de tudo que o cerca e, segundo, que, um vez tomando consciência do fim como um bem, assim dirigirá suas ações para alcançá-lo, simplesmente por ser um bem.

Diferentemente das pedras, que são regidas apenas pelas leis naturais, o homem é dotado da capacidade de escolha que possibilita colocar suas ações direcionadas a um fim último. O filósofo aquinatense considera que “[...] qualquer ação humana que seja fim último há-de necessariamente ser voluntária; do contrário não seria humana [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. I, Ad. II). Santo Tomás de Aquino estabelece uma diferenciação entre os atos do homem e os atos humanos. Enquanto os primeiros referem-se aos atos do homem como um todo, portanto, também, as faculdades vegetativa e sensitiva, que são comuns a outros seres inferiores; os segundos são os atos que são propriamente humanos, isto é, não se encontram nos seres inferiores, ou seja, os atos provindos da faculdade racional: “[...] chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada; e se há outras que convêm ao homem, essas podem, por certo, chamar-se ações do homem, mas não propriamente humanas, pois não procedem dele como tal” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. I).

O filósofo está convicto de que a parte mais elevada do homem é o intelecto, pois “[...] o objeto do intelecto é mais simples e absoluto que o da vontade, porque é a noção mesma do bem desejável; ao passo que o objeto da vontade é o bem desejável, cuja noção está no intelecto. Ora, quanto mais um objeto é simples e abstrato, tanto mais é, em si, nobre e elevado” (*Sum. Theo.* I, q. LXXXII, a. III). Porém, tal fato não nega a unidade do homem, pelo contrário, as duas faculdades se desenvolvem conjuntamente na realização dos atos voluntários/humanos.

A relação entre as duas faculdades, num perfeito ato voluntário e livre, dá-se da seguinte forma: primeiramente a inteligência apreende determinado objeto desejável; a vontade se inclina para o determinado objeto; a inteligência faz o exame de valor do objeto e analisa as possibilidades que possui para alcançá-lo; a vontade, por sua vez, responde com um desejo eficaz; a inteligência delibera sobre os meios que devem ser empregados para que o objeto de desejo seja alcançado; a vontade consente sobre os meios deliberados; a inteligência se decide e fixa-se sobre o meio mais propício; a vontade apoia esse juízo com a afirmação da escolha; a inteligência ordena a ação por uma afirmação imperativa; e por fim, a vontade aplica os órgãos executores e descansa na posse do fim. A operação aqui esmiuçada não significa, porém, uma divisão isolada de “tarefas”, cumpre apenas função metodológica, e tal operação, no decurso da vida humana ocorre de modo uno e simultâneo.

Tomás de Aquino considera que “[...] o movimento mesmo da vontade é uma certa inclinação para alguma coisa. Por onde, assim como se chama natural ao que é conforme à inclinação da natureza, assim se chama voluntário ao que é conforme a inclinação da vontade” (*Sum. Theo.* I, q. LXXXII, a. I). Os homens voluntariamente se inclinam para algo, se movimentam, por serem “[...] dotados de razão a si mesmos se movem para o fim, por terem o domínio dos seus atos pelo livre-arbítrio, faculdade da vontade e da razão” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. II). Desta forma, todos

[...] os atos humanos considerados, quer como ações, quer como paixões, especificam-se pelo fim. [...] E porque, como diz Ambrósio, os costumes propriamente são humanos, os atos morais especificam-se propriamente pelo fim, pois, atos morais e atos humanos são o mesmo (*Sum. Theo.* I-II, Q. I, A. III).

Desta forma, compreende-se que todas as ações do homem, exatamente por ele ser um ser racional - apesar de nem todas suas ações se limitarem a atividades racionais -, são orientadas para um fim. Esta adequação terá uma consequência moral:

A bondade e a malícia dos atos humanos são relativos à razão. Pois, como diz Dionísio, o bem do homem consiste em ser conforme à razão, e o mal, contrário. E na verdade, o bem de uma coisa é o que lhe convém, formalmente, e o mal, o que lhe contraria a ordem formal. Por onde é claro que a diferença entre o bem e o mal, considerada relativamente ao objeto, implica relação essencial com a razão, o que lhe torna o objeto conveniente ou não conveniente; e assim, chamam-se humanos ou morais os atos procedentes da razão (*Sum. Theo.* I-II, q. XVIII, a. V).

Sendo assim, fica evidente que ser moral é alinhar as ações em conformidade com a razão. Ora, a razão é o que é mais elevado no homem, por assim ser ela busca aquilo que lhe é próprio e superior; portanto, junto com a vontade tende para os objetos superiores, isto é, para o bem, para a contemplação da Verdade divina. A vontade se associa a razão nesta busca, pois “[...] só Deus pode satisfazer a vontade do homem, conforme a Escritura” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. VIII). Também é verdade que somente Deus “pode ser a causa da vontade. [...] Porque a vontade é uma potência da alma racional, que só Deus causa, por criação, como se disse na primeira parte. E depois, porque a vontade, ordenando-se ao bem universal, só Deus, que o é, pode ser a causa dela” (*Sum. Theo.* I-II, q. IX, a. VI). Uma vez que somente Deus pode ser causa da vontade e fim último admite-se que o próprio Deus move a vontade do homem, sem para isso ferir o livre-arbítrio, como se demonstra:

Deus move o homem a agir, não só propondo-lhe ao sentido o apetível, ou imutando-lhe o corpo, mas também movendo a vontade mesma; porque todo movimento, tanto da vontade como da natureza, dele procede, como primeiro motor. E assim como não é contra a essência da natureza que o seu movimento provenha de Deus, como primeiro motor, por ser a natureza um instrumento de Deus, que se move; assim, não é contra a essência do ato voluntário proceder de Deus, por ser a vontade movida por ele. É, porém, comum à essência do movimento, tanto natural, como voluntário, proceder de um princípio intrínseco. (*Sum. Theo.* I-II, q. VI, a. I).

Como é comum que os atos procedam de um princípio intrínseco, o homem move-se necessariamente a si mesmo em direção a um fim, a beatitude. Este mover-se para a beatitude é fruto de um conhecimento racional, que livremente é escolhido e mediado pelas virtudes. De fato, Tomás de Aquino considera que a vontade e o livre-arbítrio são uma e mesma potência, pois “[...] é manifesto que assim como o intelecto está para a razão, assim está à vontade para a virtude eletiva, i. é., para o livre arbítrio. [...] Logo, a mesma potência que quer também elege. E, por isso, a vontade e o livre arbítrio não são duas potências, mas uma só.” (*Sum. Theo.* I, q. LXXXIII, a. IV).

Uma última consideração se faz necessária neste ponto. A liberdade visa um fim último; ora, somente há um fim último capaz de conceder a beatitude perfeita ao homem, Deus. Dessa forma, o livre-arbítrio não se aplica a Deus, exatamente por ser Deus o princípio e fim do homem.

2 O HOMEM E A BEATITUDE

Percebe-se que o questionamento sobre o fim último do homem, da vida do homem, sempre foi o tema central das filosofias antigas e medievais. Pichler (2009, p. 52) concorda com Tomás quando afirma que “[...] se o homem possui uma tendência natural que converge para um fim nobre, esse fim é a beatitude”.

O homem é superior às demais criaturas não racionais porque é capaz de conhecer e amar a Verdade e o Bem. As outras criaturas participam do bem apenas enquanto possuem propriedades de existência, vida, ou ainda conhecimento. A nobreza do ser humano está na capacidade de adesão a partir do conhecimento que se dá pela razão. Desta maneira, a vida feliz não pode deixar de pressupor a livre-escolha, o conhecimento pleno do fim último (SANTOS; MAIA, 2020).

Podemos averiguar que Santo Tomás de Aquino, para chegar às suas conclusões, se baseia a partir do pensamento católico, das Escrituras, de Aristóteles e Santo Agostinho de Hipona. Percebe-se que o Doutor Angélico traz uma novidade à filosofia aristotélica quanto à conquista da beatitude, “[...] à medida que, em Aristóteles, a conquista suprema e final da felicidade limitava-se, no homem, à imanência, em Tomás de Aquino, a exemplo de Agostinho, no entanto, ela se eleva à transcendência” (OLIVEIRA, 2011, p. 71).

Em Tomás de Aquino o conceito de beatitude, de felicidade, vai além daquele exposto por Aristóteles, pois não se trata aqui de uma felicidade terrena, temporal e reservada a uma pequena parte dos humanos. O aquinate concebe a beatitude como não sendo um bem exterior, pois:

[...] sendo a beatitude o sumo bem do homem, não se compadece com nenhum mal; ora, todos os bens pré enumerados podem-se encontrar tanto nos bons como nos maus. A segunda razão é que, sendo da essência da beatitude bastar-se a si mesma, como se vê em Aristóteles, necessário é que, uma vez alcançada não falte nenhum bem necessário ao homem. Ora, obtido cada um dos bens, referidos até aqui, podem ainda faltar muitos outros necessários ao homem, como a sabedoria, a saúde do corpo e outros. A terceira é a seguinte. Sendo a beatitude o bem perfeito, dela não pode provir nenhum mal para ninguém. Ora, isso não se dá com os referidos bens; pois como diz a Escritura, as riquezas às vezes se conservam para mal de seu dono; e o mesmo se dá com as outras três espécies de bens. A quarta razão é a seguinte. O homem ordenando-se à beatitude naturalmente, ordena-se por princípios interiores; ora, os quatro bens aludidos provêm, antes, de causas exteriores e, muitas vezes, da fortuna, donde vem o serem chamados bens da fortuna. (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. IV).

Desta forma, a beatitude não consiste em riquezas, pois não são buscadas como fim em si mesmas; nem em honra, pois esta é testemunho de quem concede; muito menos em glória, aqui entendida como fama, já que é instável, carecendo de durabilidade ou constância; também não consiste no poder, pois é princípio e não fim, e pode tanto se referir ao bem quanto ao mal; nem nos bens do corpo, pois o corpo não é independente da alma; no prazer também não, pois é um acidente; assim como não consiste em um bem da alma, pois é impossível que a beatitude esteja especificamente na alma; e por último, não consiste em algum bem criado, pois nada criado pode satisfazer totalmente o sentido.

O Aquinate considera que o homem alcança a beatitude “[...] pelos movimentos múltiplos dos atos chamados méritos. Por onde, também segundo o Filósofo, a beatitude é o prêmio das ações virtuosas” (*Sum. Theo.* I-II, q. V, a. VII). Assim, o recebimento do prêmio, a beatitude, ou a sanção são frutos do próprio agir autônomo do homem, ou seja, o ato de conseguir atingir o fim último ou de perder-se pelo caminho, respectivamente. É evidente, porém, por si só o homem não é capaz de atingir o fim último, separado do criador, uma vez que os atos do homem podem ser funestos.

Como já se explicitou, “[...] é necessário que a beatitude consista no último ato do homem” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. II), porém é necessário perguntar-se como o homem a obtêm. O Aquinate responde que “[...] este [o homem] e as demais criaturas racionais obtêm o último fim conhecendo e amando a Deus” (*Sum. Theo.* I-II, q. I, a. VIII). Como Deus não poderia ter criado os seres lhe faltando a capacidade de exercer sua principal operação, ou seja, a faculdade racional, é necessário que o homem tenha a capacidade de conhecer e amar a Deus. Isso se dá pois “[...] é necessário que a perfeição última do homem se realize pelo conhecimento de algo superior ao intelecto humano [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. VI), “por onde, na atividade contemplativa das coisas divinas consiste sobretudo a beatitude” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. V). O Aquinate argumenta:

[...] a beatitude perfeita do homem, como já se disse, consiste na visão da essência divina. Ora, ver a Deus em essência, está acima da natureza, não só do homem, como também de toda criatura [...]. Pois, o conhecimento natural de uma criatura é conforme ao modo da sua substância, segundo, da inteligência, se diz no livro *Das causas*, que conhece o que lhe é superior e inferior, ao modo da sua substância. Ora, todo conhecimento conforme ao

modo da substância criada não alcança a visão da divina essência, que excede infinitamente toda substância criada. Por onde, nem o homem, nem nenhuma criatura pode conseguir a beatitude última, pelas suas faculdades naturais. (*Sum. Theo.* I-II, q. V, a. V).

Portanto, aqueles que durante a vida foram capazes de agir virtuosamente, buscando conhecer e amar a Deus, separada a alma do corpo já contemplam a Deus e estão em estado de beatitude:

Enquanto estamos no corpo, vivemos ausentes do Senhor; e acrescenta-se, mostrando a razão desse peregrinar: Porque andamos por fé e não por visão. Donde resulta que, enquanto andamos por fé e não por visão, sem a visão da divina essência ainda não estamos presentes a Deus. Ora, as almas dos Santos, separadas dos corpos, são-lhe presentes, e por isso acrescenta-se: Mas temos confiança, e ansiosos queremos mais ausentar-nos do corpo, e estar presentes ao Senhor. Por onde é manifesto, que essas almas, separadas dos corpos, andam por visão, contemplando a essência de Deus, na qual consiste a verdadeira beatitude. (*Sum. Theo.* I-II, q. IV, a. IV).

Disto decorre a impossibilidade de vivermos um estado de beatitude perfeita nesta vida, pois “[...] a beatitude perfeita nos é prometida por Deus quando formos como os anjos no céu, na expressão da Escritura. — Quanto, porém, à referida beatitude perfeita, cessa a objeção porque nesse estado de felicidade a mente do homem está unida a Deus por operação una, contínua e sempiterna” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. III, Ad. IV).

Se na vida presente o homem coloca seu intelecto e sua vontade em direção ao fim último, “[...] é necessária, para a beatitude [perfeita], esta tríplice concorrência: a visão, conhecimento perfeito do fim inteligível; a compreensão, que supõe a presença do fim; a deleitação ou fruição, que supõe o repouso do amante no amado” (*Sum. Theo.* I-II, q. IV, a. III). Disto se deduz que “nenhum bem-aventurado tem qualquer bem a desejar, porque possui o bem infinito, em si, que é o bem de todo bem [...]” (*Sum. Theo.* I-II, q. V, a. II, Ad. III), o bem que nunca se extingue, e por nunca se extinguir nunca cessa de suprir as vontades humanas, lhe causando a felicidade eterna.

Estando no estado de beatitude, todas as vontades do homem estão saciadas, porém, a alma, deseja mais uma única coisa, “[...] enquanto frui de Deus, sem o corpo, o seu apetite repousa, no que possui, de modo tal que queira que o seu

corpo obtivesse participação” (*Sum. Theo.* I-II, q. IV, a. V, Ad. IV). Santo Tomás de Aquino, novamente, rompe com o pensamento dualista, reafirmando a sua compreensão de homem como uma unidade de corpo e alma:

Se nos referimos, porém à beatitude perfeita, então alguns afirmam que lhe não é necessária nenhuma disposição do corpo, antes é necessário que a alma esteja completamente separada dele. E por isso Agostinho cita as palavras de Porfírio: para a alma ser feliz deve estar separada de qualquer corpo. — Mas tal doutrina é inadmissível, porque sendo natural à alma estar unida a um corpo, não é possível que a perfeição dela exclua a sua natural perfeição (*Sum. Theo.* I-II, q. IV, a. VI).

Desta forma, também os sentidos, o corpo, tem participação na beatitude, quer na imperfeita, que já experimentamos nesta vida, quer na perfeita, quando novamente, por ação imediata do Criador, a alma for novamente unida ao corpo. Quando isso acontecer, a beatitude será extensivamente maior.

Na filosofia moral de Santo Tomás temos Deus como o centro das ações humanas, todas devem convergir para o bem supremo, “Deus é o fim último e único da substância intelectual” (PICHLER, 2009, p. 52). Para o Aquinate, o homem não deve levar sua vida apenas com base nos prazeres do mundo, instável, deve levar uma vida equilibrada, para um dia conquistar a beatitude perfeita, que aqui na terra não é possível como afirma Pichler, “[...] o máximo que o homem consegue almejar nesta vida é uma beatitude imperfeita pela atividade contemplativa, mas que já corresponde, acidentalmente, à perfeita, restrita para a outra vida” (2011, p. 72). Tomás, afirma isso da seguinte maneira:

Há uma dupla espécie de beatitude ou felicidade: a perfeita, que esperamos na vida futura, e a imperfeita, pela qual somos felizes nesta vida. Ora, a felicidade da vida presente é de duas sortes: uma a da vida ativa; a outra, a da contemplativa, como está claro no Filósofo. (*Sum. Theo.* II-II, q. CLXXXVI, a. III, Ad. IV).

A beatitude possui uma dupla dimensão, se considerarmos como fim último do agir humano que conduz a Deus: em primeiro lugar constitui-se como coisa mesma, na medida em que “[...] o fim último do homem é o bem incriado, isto é, Deus, que só, pela sua bondade infinita, pode satisfazer perfeitamente a vontade do homem”; em

segundo apresenta-se como posse ou uso, pois “[...] esse fim último é algo de criado nele mesmo existente, e que não é senão obtenção ou o gozo do fim último” (*Sum. Theo.* I-II, q. III, a. I).

A distanciação da essência da Beatitude em relação às coisas temporais e às coisas criadas, levam, de primeira impressão, a postular que a beatitude seria algo incriado; assim o é quando consideramos a essência Divina, pois o Sumo Bem é feliz em si e é incriado, é Ele a própria Beatitude; no entanto, quando consideramos a participação do homem, e o Sumo Bem como fim deste na ação, percebemos que a beatitude é algo de criado, pois o homem inicia sua existência de maneira temporal, criada. Assim sendo, definimos a beatitude como incriada apenas quando nos referimos à causa e objeto dela, que é um bem incriado; quando a ela nos referimos a fim de denotar o caráter de posse ela é criada (SANTOS; MAIA, 2020).

Além disso pode-se perceber que, de maneira essencial, a beatitude é uma operação do homem que tende a chegar ao ato, isto é, a perfeição do seu ser, unindo-se ao Sumo Bem incriado, que é ato puro. Santo Tomás, a partir da visão cristã de eternidade e contemplação da visão beatífica, concebe a felicidade como eterna, pois nesta vida, jamais o homem conseguirá alcançar a perfeita união com aquele Bem Incriado.

Apesar de a beatitude, na sua essência, não consistir na operação dos sentidos, visto que ela é uma operação intelectual, os sentidos participam de forma antecedente e conseqüente: “[...] antecedente porque na vida terrena a atividade intelectual é precedida e acompanhada pela atividade sensitiva e conseqüente porque os sentidos dela participam, para os cristãos, na ressurreição dos corpos” (SANTOS; MAIA, 2020).

Tomando parte da questão do fim último em comum, Tomás apresenta o conceito de beatitude como categoria que norteia todo o desenvolvimento de suas ideias:

Deve-se aqui tratar primeiro do fim último da vida humana. Em seguida, dos meios pelos quais o homem pode alcançar esse fim ou dele desviar-se: pois é do fim que se deduz a natureza daquilo que a ele se ordena. Ora, como se admite que o fim último da vida humana é a beatitude, necessário é, em primeiro lugar, tratar do fim último em comum e depois da beatitude [...] Todos os agentes agem necessariamente para um fim [...]. Ora, para produzir um determinado efeito, necessário é que seja determinado a algo certo com

natureza e fim. Esta, determinação, operada na natureza racional pelo apetite racional chamado vontade, o é, nos outros seres, pela inclinação natural denominada apetite natural (*Sum. Theo.* I-II, q. I, II).

Na filosofia antiga temos o sábio, que através da atividade contemplativa, alcançava sua liberdade, independência, “a beatitude, nesse sentido, era uma conquista do sábio. Superava-se, assim, a precariedade da contingência de sua existência individual, contemplando as essências inteligíveis [...]” (PICHLER, 2009, p. 55). Santo Tomás não isola o homem no mundo, considera todas as influências sofridas e provocadas pelo homem na natureza e com os demais homens, acrescentando a presença da figura divina, Deus, e da sua graça para com os homens, neste sentido, Pichler corrobora com a tese do Aquinate quando afirma que:

Tomás de Aquino incorpora na sua síntese essa visão de beatitude no âmbito da natureza, mas introduz um diferencial substancial. O homem não está só nesse cosmo eterno e ordenado, onde a eternidade anula o tempo. Pela gratuidade da graça divina, pelo mistério da doutrina da revelação de um Deus ágape, pela virtude da esperança e da crença na imortalidade da alma intelectual, dentre outras, o homem tende à beatitude perfeita (2009, p. 56).

Todos os seres criados por Deus têm seu fim voltado para o criador, porém, o homem está intimamente ligado à Deus, o homem é o centro da criação divina, sendo criado à imagem e semelhança de Deus, atingindo assim a plenitude do seu ser. Devido a liberdade e inteligência humana, o homem é o único ser capaz de compreender e explicar a ordem do universo (PICHLER, 2011, p. 10). É somente na visão do Sumo Bem, em sua essência divina, que o homem pode alcançar a beatitude perfeita, e justifica-se tal posição tomada por Santo Tomás na afirmação bíblica contida na Primeira Epístola de São João (BÍBLIA, 2002): “Quando ele aparecer, seremos semelhantes a ele e o veremos tal como ele é.” É neste ponto que reside a essência do conceito de Beatitude elaborado pelo Doutor Angélico na sua filosofia, pois entende-se a Beatitude como o ato de conhecimento da essência divina, que não é um mero conhecimento em si mesmo mas a participação, tomando parte na Beatitude da Trindade Eterna (SANTOS; MAIA, 2020).

Para tentar explicar o problema da felicidade, o Aquinate parte da suposição de que a vida humana possui um fim último, tratado anteriormente, que é identificado

como a bem-aventurança. Esse fim último é o que fornece sentido, que direciona, todos os episódios da vida humana. Entretanto, nem todos os fatos se amparam em função desse fim, haja vista que, nem sempre o homem conduz-se aspirando-o. Logo, o debate acerca da felicidade situa-se conectado expressamente ao sentido da vida e está subjugado à essência do homem. Contudo, Tomás buscou analisar a realidade da época em que estava inserido antes de chegar à determinada solução. Era comum que se percebesse a beatitude como a conquista de riquezas, de prazer, de poder e de glória. Pode-se afirmar que, Santo Tomás em suas considerações, argumenta que são meios e/ou critérios inadequados para alcançar a beatitude, pois esses meios orientariam para uma falsa noção de felicidade.

A beatitude natural (ou imperfeita) do homem é, portanto, a contemplação de Deus pela luz natural da razão por meio do espelho das criaturas. A beatitude sobrenatural (ou perfeita) é a contemplação direta de Deus. Ambas as beatitudes consistem na contemplação de Deus, a sobrenatural é mais perfeita e assim realiza a natural de modo mais perfeito, intenso e potencializado, assim, se diz que a beatitude sobrenatural, ou a graça e a visão beatífica não violentam, não abolem nem tolem a natureza mas a aperfeiçoa, eleva e intensifica a um grau de perfeição acima das próprias capacidades naturais, essa intensificação é gratuita, ou seja, concedida gratuitamente por Deus à natureza humana, sem esse, nada intrinsecamente exigir a seu respeito.

Uma vez que a graça não destrói nem tole a natureza, mas aperfeiçoa-a, retifica-a e eleva-a, tomando-a como suporte, a beatitude sobrenatural também não tole e nem abole a beatitude natural, mas a condiciona à si, de modo que, a partir da determinação de Deus feita ao homem desde a criação, determinação essa conhecida somente por fé ou revelação, o homem, salvo em estado de ignorância invencível, ou seja, sem ter meios de tomar conhecimento da revelação, só realiza plenamente sua natureza mediante a consecução de seu fim último sobrenatural, assim as duas beatitudes se mantêm em harmonia, embora a natural seja concebida em relação à sobrenatural, como imperfeita, esteja à essa última harmonicamente condicionada por determinação divina.

Tomás de Aquino, na *Summa Theologiae*, se questiona se está na conquista de riquezas a beatitude do homem e afirma com o que segue: “Pois, sendo a beatitude o fim último do homem, há-de consistir no que soberanamente lhe atrai o desejo. –

Ora, tais são as riquezas, como diz a Escritura: *Tôdas as cousas obedecem ao dinheiro*. Logo, nelas consiste a beatitude do homem” (I-II, q. II, a. I, grifo do autor). Pode-se perceber que esta afirmação não condiz com o pensamento do autor e ele a faz como contra-argumento e para fins dialéticos, aqui está imbuída a argumentação com relação a beatitude natural. O que ele afirma, na realidade é de que “[...] é impossível consistir nas riquezas a beatitude, último fim do homem” (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. I). Pois as riquezas nos proporcionam uma felicidade passageira, por ela [riqueza] somos capazes de adquirir diversos bens e quando estes não nos forem mais úteis serão trocados por outros, e a beatitude, o desejo das coisas eternas não é algo passageiro, não causa repulsa e não pode ser comprado por riqueza nenhuma deste mundo.

Com relação à suposição de que a beatitude reside no prazer o Aquinate, em uma de suas inferências, afirma supostamente que o desejo busca o bem, e tudo o que desejamos tem de ser ótimo. Neste caso, os sábios, os ignorantes e até mesmo os irracionais desejam o júbilo. Sem demora, este é ótimo, e sendo assim no prazer reside a beatitude, sumo bem. Porém, na solução para a questão do prazer como beatitude Santo Tomás afirma que os prazeres do corpo não conseguem alcançar o bem perfeito pois, a matéria é compreendida como algo finito e já a alma, por ser imaterial e transcendente, excede a capacidade da matéria corpórea.

Pois, o imaterial é de certo modo infinito em relação ao material, porque a forma contrai-se, por assim dizer, e limita-se pela matéria; por onde, a forma separada da matéria é de certo modo infinita. Por isso o sentido, potência corporal, conhece o singular, determinado pela matéria; o intelecto porém, potência independente da matéria, conhece o universal abstrato desta e contém em si infinitos singulares. [...] o prazer corpóreo não é o bem perfeito do homem, antes, é mínimo em comparação com o bem da alma (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. VI).

A beatitude é a finalidade da vida humana em si mesma e não reside na honra o Sumo Bem. As honras dependem de quem as conferem, como o maior pagamento que supera as riquezas, deste modo, o homem que orienta sua vida para as honras e as glórias é um ser ambicioso e não virtuoso. “O desejo das honras corrompe a virtude que é condição necessária para a felicidade, já que tanto a questão da virtude quanto

da felicidade estão orientadas para a realização da essência humana” (SANTOS; MAIA, 2020).

Se a beatitude não reside no acúmulo de riquezas e nem nos prazeres, ela deve residir no poder, “pois, todos os seres desejam assimilar-se a Deus, último fim e princípio primeiro” (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. IV, 1). Considerando que Deus detém o poder, é o princípio de tudo e que criou o homem à sua imagem e semelhança, como afirmam as Escrituras, o homem acredita que está no poder a beatitude, o sumo bem. Porém, Santo Tomás de Aquino, argumenta que:

É impossível a beatitude consistir no poder, por duas razões. – Primeiro, porque o poder exerce a função de princípio, como se vê claro em Aristóteles; a beatitude, porém, de fim último. – Segundo, porque o poder tanto se refere ao bem como ao mal, ao passo que a beatitude é o bem perfeito e próprio do homem (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. IV).

Considerando que a beatitude é o fim último do homem e é o bem perfeito, e que o poder tem característica de origem e pode conter tanto o bem como o mal, o perfeito e o imperfeito, como afirma o Aquinate, pode-se concluir que não está no poder o fim último do homem, a beatitude. Deste modo o poder atribui o estado de felicidade verdadeira apenas para aqueles que são bons e usam o seu poder com bondade. Sendo assim, o poder não somente é falho, “mas na relação com a vida beata ele é relativo e subalterno ao Bem, não sendo, então, uma característica necessária para a vida feliz, Bem perfeito e Fim último” (SANTOS; MAIA, 2020).

Ao analisar se a beatitude consiste na glória ou fama, Santo Tomás, assim como nos casos anteriores, conclui que não está na glória a beatitude. A fama ou glória, advindas dos homens, podem ser falsas, devido às más interpretações humanas da realidade e dos fatos, “pois, como diz Boécio, *muitos conseguiram às falsas opiniões do vulgo, muitas vezes, um grande nome*” (*Sum. Theo.* I-II, q. II, a. III, grifo do autor). O conhecimento é extremamente limitado, e a glória derivando deste conhecimento, é suscetível ao engano, podendo louvar sujeito ou coisa que não possua excelência para tal distinção. Sendo assim, não é possível de que resida na glória ou fama a beatitude (OLIVEIRA, 2011).

Santo Tomás ainda analisa se a beatitude consiste na consideração das ciências especulativas o que ele afirma com o que segue:

[...] a beatitude última do homem, que é sua perfeição última não pode consistir no conhecimento dos sensíveis. Pois nada se aperfeiçoa pelo que é inferior, senão na medida em que este participa de algum modo do superior. [...] Donde se conclui que a beatitude última do homem não pode consistir na consideração das ciências especulativas. – Mas assim como as formas sensíveis participam de certa semelhança com as substâncias superiores, assim, a consideração das ciências especulativas é uma participação da beatitude verdadeira e perfeita (*Sum. Theo.* I-II, q. III, R.).

A perfeita bem-aventurança, portanto, não pode consistir essencialmente na consideração das ciências especulativas. Para evidenciar isto, deve-se ter em mente que a consideração da ciência especulativa não vai além dos princípios desta ciência, porque nos princípios da ciência está contida virtualmente toda a ciência. Ora, os primeiros princípios das ciências especulativas são recebidos pelos sentidos. Por isso, a completa consideração das ciências especulativas, não pode ir além daquilo a que o conhecimento sensitivo pode conduzir. Mas, no conhecimento sensitivo não pode consistir a última bem-aventurança do homem que é a última perfeição do homem

Consequentemente, podemos perceber que a beatitude está muito mais ligada aos bens espirituais do que aos bens materiais. A beatitude não pode estar conectada com algo passível a erro humano, ao imperfeito ou às riquezas, mas sim no sumo bem, no mais perfeito ser, incorruptível, a maior de todas as riquezas. É por meio do exercício de suas potencialidades naturais e formadas pela graça divina que o homem vai alcançar o seu fim último e sobrenatural.

3 BEATITUDE E LIBERDADE DA CONSCIÊNCIA

Como afirma Juvenal Savian Filho (2008), a ética de Santo Tomás de Aquino perpassa os ensinamentos contidos no *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo, que contém as doutrinas de Santo Agostinho sobre a distinção entre Deus, o Bem Supremo, que devemos fruir, desfrutar (*frui*), e os bens relativos, as criaturas, as quais foram criadas para nos servir e nós nos servirmos delas (*ut*), que são meios de nossa ação moral, se utilizarmos como fim em si mesmas poderemos fazer mal uso delas.

O Aquinate desenvolve sua ética não por meio das virtudes evangélicas cristãs (humildade, obediência, paciência etc.), o que fez com que seu pensamento parecesse muito mais aristotélico do que cristão ao falar das atitudes éticas do agir humano, porém tomando o cuidado para recolher tudo o que há de válido na herança intelectual e moral dos que o procederam. Pode-se atribuir isso à entrada do pensamento islâmico na filosofia europeia, que não aceitam a autoridade bíblica e se constituem de uma certa forma de paganismo, fazendo com que o pensamento cristão entrasse em confrontação ética no plano da lei natural e do fim último da vida humana.

Do pensamento do Doutor Angélico podemos extrair que, o ser de Deus concede uma finalidade única ao agir humano, o fruir do ser divino, como realização intelectual e afetiva, substituindo a visão pagã como fim último supremo. Em termos lógico-ontológicos, segundo o pensamento cristão, o Ser, o Verdadeiro, o Bem e o Belo, são múltiplas faces de uma mesma realidade, desta maneira a finalidade da ética cristã e, conseqüentemente, tomásica é propiciar este encontro com o Belo. Porém, é imprescindível que se saiba que esta união humana com o Bem Supremo não se caracteriza de uma relação cega de cumprimento de preceitos ético-religiosos, “[...] pois a bondade ou a maldade das ações humanas não será julgada pela obediência cega, mas pela bondade ou a maldade da intenção” (FILHO, 2008, p. 179).

Na interpretação de Lauand (2017, p. 39), “[...] a ética de Tomás é uma ética do ser, da autorrealização do homem”, isto é, diferentemente do contexto contemporâneo, em que há certo distanciamento do ser com aquilo que lhe é mais fundamental, se reduz a ética à regras e normativas. Ou seja, entendem as proibições como um aferimento da liberdade que a sociedade lhes concede. Entretanto, a compreensão de Tomás é distinta, a ética ou a moral não é arbitrária, repressiva ou

limitadora da liberdade humana, pelo contrário, ela é uma escolha livre a responsável efetivada pelo indivíduo.

Por isso, a essência do homem para Aquino não é definitiva, fechada e predeterminada, mas aberta a ser de outro modo, uma vez que a realização do homem depende do modo ético, livre e responsável com que conduzirá sua vida. Lauand é, ainda, conclusivo ao dizer que a ética em Aquino “[...] diz respeito precisamente à *realização*; realização não deste ou aquele aspecto parcial, mas a que afeta a totalidade, o que se é enquanto homem” (2017, p.40).

O Aquinate tem uma visão profunda e natural, que advém da própria natureza humana, pois pode-se perceber que para Santo Tomás toda a criação é obra da Santíssima Trindade e que constitui uma união de ser, verdade e bem que retrata a unidade das três pessoas Divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. “Deus Pai opera a Criação pelo seu Verbo, que é o Filho, e pelo seu Amor, que é o Espírito Santo” (*Sum. Theo.* I, q. XLV, a. VI). Sendo assim, o ato de criar está unido ao pensamento Divino, ao Logos, ao Verbo, isto é, dota o ser criado da mesma natureza, do mesmo modo de ser do Criador. Todo ser possui uma essência, uma natureza, um modo de ser que espelha Aquele que o criou.

É, pois, ao homem que se dirige a ética de Tomás; ao homem total, espírito em intrínseca união com a matéria; ao homem, ser-em-potência, que ainda não atingiu a estatura a que está chamado e para quem a ética se expressa na famosa sentença do poeta grego Píndaro: “Torna-te o que és!” (LAUAND, 2017, p. 41).

Assim como o Criador, a criatura possui sua consciência. Será que, neste processo em direção à beatitude, podemos considerar a consciência humana livre? O conjunto de leis e normas divinas que implicam no indivíduo dirigir-se à beatitude não limitam nossa forma de agir? Devemos partir do pensamento cristão de Santo Tomás, de que toda lei, para ser autêntica, deve ser capaz de, na sua finalidade, de tornar os homens bons, do contrário esta será uma lei tirânica. Sendo assim, se esta lei é capaz de trazer o bem aos homens, e assim é a lei Divina, boa por si mesma e procede de um inteligência superior que deseja o bem dos homens, não há violência em se submeter à essa lei, mas sim, liberdade da consciência individual.

Nossa liberdade de consciência não passa, necessariamente pela elaboração da lei, mas sim na sua ponderação e aplicação em situações corretas. Nossa consciência age conforme a luz de nossa razão. Perdendo a luz da razão não podemos agir, sendo assim, se nossa consciência, mesmo com boa disposição, não consegue compreender tal lei e submeter-se a ela, não estamos obrigados a obedecer. A razão e a vontade entrelaçam-se na prática da ética, “[...] mas a razão tem certa prerrogativa sobre a vontade, porque, em síntese, ninguém pode desejar aquilo que não conhece” (FILHO, 2008, p. 181).

O Doutor Angélico afirma que mesmo que mesmo que tenhamos uma consciência errada sobre algo devemos segui-la, pois o bem desejado por uma ação não é o bem em si, mas o bem enquanto apresentado a mim por minha razão, isto é, sempre que considero algo bom, um bem, e o busco, é uma operação livre de minha consciência, considerando que esta consciência é a única que posso ter em conformidade com minha formação moral, devo seguir minha consciência e ser fiel a ela. Este agir de acordo com a própria consciência não pode ser considerado um desprezo à Deus, pois é através da consciência que o homem se comunica com Deus, ou seja, transgredir nossos atos conscientes, ir contra a nossa consciência, não se justifica, como forma de demonstrar nosso amor ao Criador.

Mesmo no caso da adesão a Deus e da submissão à sua lei, não se trata de violência à autonomia da razão, pois a razão vê um bem nessa adesão e nessa submissão, baseada na experiência de que a lei divina só visa ao bem humano. Todavia, mesmo sendo uma pessoa religiosa, Tomás nunca postulou a obrigatoriedade dessa adesão a Deus e submissão à lei divina; a fé e a moral cristã, no seu entender, só fazem sentido se resultarem de um exercício de liberdade (FILHO, 2008, p. 181).

Razão e vontade estão sempre entrelaçadas no agir moral do homem. “A razão goza de prioridade na ordem das causas formal e final, enquanto a vontade tem prioridade na ordem da causa eficiente” (FILHO, 2008, p. 182). Ou seja, a causa formal é a que determina a essência de algo, a ação final refere-se à finalidade, o fim de algo e a ação eficiente é o movimento inicial que impulsiona à produção de algo ou de alguma ação. Neste sentido, a antropologia tomasiana garante a liberdade do indivíduo, pois o indivíduo por meio de sua razão pondera sua submissão às leis Divinas e à Deus (na ordem da causa formal e com base nas experiências do

indivíduo), da mesma forma as possibilidades da razão por ela desejadas (na ordem da causa final). É por meio da vontade que o ser humano dirige suas escolhas (FILHO, 2008).

“A ética tomista não admite a predestinação como resposta aos resultados, positivos ou negativos, das ações humanas” (DIAS; MENEZES, 2019, p. 199). Deus conferiu ao homem o livre arbítrio, portanto, cabe somente ao homem a reta condução da sua vida através das suas escolhas, fazendo uso da razão e da consciência. Nada de criado ou incriado pode tirar esse dom que foi entregue aos homens por Deus. É por este motivo que a razão se torna a ferramenta, por excelência, que determina os nossos atos, e por isso, nosso agir poderá se tornar em nossas algemas ou nossas glórias espirituais. Mesmo que alguém não compreenda e aplique a ética tomista, sendo ele fiel à Deus, convertendo-se, é possível que este indivíduo possa chegar à Beatitude, o Sumo Bem, a Felicidade. O homem deve direcionar seu coração para Deus, atingindo as virtudes espirituais, por meio da contemplação divina. “Por isso, torna-se fundamental equilibrar a vida prática, baseada em atos virtuosos, com a vida espiritual, baseada na contemplação divina” (DIAS; MENEZES, 2019).

Por isso o desfrute da vida feliz e do correto comportamento cristão, não está fundado unicamente na razão, em seus conceitos puramente humanos e calculadores, o acesso à beatitude, à vida feliz, é proporcionado para aqueles indivíduos que, mesmo incapazes de compreender as complexidades dos princípios éticos, são, todavia, perfeitamente capazes de mergulharem na experiência da fé, da vida em comunhão com o sagrado, a qual lhe garantiria benefícios póstumos muito superiores aos encontrados na vida terrena. Ou seja, embora a prática das virtudes na vida ordinária seja muito importante, torna-se ainda mais relevante, na verdade essencial, a entrega a Deus. Deve-se ficar claro que a felicidade plena só é adquirida por meio da graça divina (DIAS; MENEZES, 2019).

Para o Doutor Angélico as virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança) têm local de destaque em toda a sua filosofia, porém, a prudência é a principal. Ao contrário do significado atribuído em nosso tempo, da prudência como cautela, para o Aquinate ela é o oposto da indecisão, é a arte de decidir-se bem por meio da reta razão (LAUAND, 2017). Ela está associada ao conceito de justa medida e deve ser o fiel da balança, medindo o excesso ou a falta nas ações. É considerada a conselheira da conduta humana, aperfeiçoando a alma por meio das escolhas

corretas, almejando o bem segundo a razão. “Graças a ela, o indivíduo torna-se capaz de atingir a satisfação, o prazer, a alegria nas ações, controlando, com mediania, os impulsos e as paixões a fim de atingir o fim último da vida” (DIAS; MENEZES, 2019, p. 202). A prudência é responsável por controlar nossos impulsos dos desejos e paixões, acalmando a agitação exterior do homem. Relaciona-se com a moderação, o equilíbrio e o reto discernimento, utilizando-se disso o homem agirá de acordo com os princípios moralizadores da razão.

O homem, sendo o ápice da criação, é o único ser dotado de razão, sensações e emoções, e é por isso que ele deve buscar uma vida virtuosa, livre de vícios, uma vida equilibrada. É através da prudência que se dá a perfeita prática da razão pelo homem, agindo consigo mesmo e com seu próximo, opondo-se a qualquer atividade impulsiva, sendo assim, orientadora das demais virtudes, sem excluí-las (DIAS; MENEZES, 2019). Constata-se, aqui, a fundamental e decisiva presença da liberdade da consciência diante do desafio de efetivação da prudência como pressuposto do bem agir em Aquino.

O homem, sendo o ápice da criação, é o único ser dotado de razão, sensações e emoções, e é por isso que ele deve buscar uma vida virtuosa, livre de vícios, uma vida equilibrada. É através da prudência que se dá a perfeita prática da razão pelo homem, agindo consigo mesmo e com seu próximo, opondo-se a qualquer atividade impulsiva, sendo assim, orientadora das demais virtudes, sem excluí-las (DIAS; MENEZES, 2019).

O livre-arbítrio, no homem, é fruto direto da razão, sua diferença específica, assim “[...] é forçoso que o homem tenha livre-arbítrio, pelo fato mesmo de ser racional” (*Sum. Theo.* I, q. LXXXIII, a. I). É o livre-arbítrio que possibilita o homem escolher entre duas opções, de modo que “a eleição é propriedade do livre-arbítrio. Pois, se temos livre-arbítrio é que podemos tomar uma coisa e recusar outra; isso é eger. Por onde é mister considerar a natureza do livre-arbítrio, partindo da eleição” (*Sum. Theo.* I, q. LXXXIII, a. III).

Tomás de Aquino advoga que “[...] como o homem conhece por excelência o fim da sua obra e se move a si mesmo, os seus atos implicam o voluntário, em máximo grau” (*Sum. Theo.* I-II, q. VI, a. I). Assim sendo, a faculdade do livre-arbítrio confere ao homem a responsabilidade de seus atos, isto é, todo agir humano deve, para que seja de fato humano, passar pelo processo, acima descrito, de intenção, conselho,

consentimento, eleição e uso, com a consciência de que serão sancionados pela Lei Divina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo percebe-se que o homem, como criatura de Deus, está intimamente ligado à Ele, é imagem d'Ele, é constituído de sobrenaturalidade. Sendo assim, o homem se difere dos demais animais devido sua capacidade da razão, da capacidade de escolha que possibilita colocar suas ações direcionadas a um fim último. Isto é, o homem tem o mesmo princípio e fim, vêm de Deus e deve retornar para Deus.

Contudo, este retorno não é gratuito. Neste sentido, podemos dizer que os homens se direcionam a duas beatitudes, a imperfeita ou natural e a perfeita ou sobrenatural. A beatitude natural é aquela que nos faz aproximar de Deus ainda aqui na terra, já a beatitude perfeita é aquela que experimentaremos ao contemplarmos, face a face, criatura e Criador, o Sumo Bem. A partir da prática da beatitude natural podemos mais facilmente alcançar a beatitude perfeita. Podemos afirmar que a beatitude perfeita não reside em bem passageiros (fama, riquezas, prazer etc.) mas naquilo que é definitivo, o Bom, o Belo, o Verdadeiro. Portanto, a felicidade não é uma utopia, já se é feliz neste mundo, mesmo de forma não finita.

A razão e a vontade, entrelaçadas, direcionam os atos humanos. O modo como agimos é que nos conduzirá para a Glória Eterna, a partir de nossos atos conscientes e livres, a partir do livre arbítrio. As virtudes cardeais estão intimamente ligadas às nossas ações. A prudência é responsável por controlar nossos impulsos dos desejos e paixões, acalmando a agitação exterior do homem. Relaciona-se com a moderação, o equilíbrio e o reto discernimento, utilizando-se disso o homem agirá de acordo com os princípios moralizadores da razão.

Através da vida equilibrada, do uso das virtudes e a partir da beatitude natural é que chegaremos um dia à beatitude sobrenatural. A beatitude natural é o que de mais elevado o homem pode alcançar em vida e, justamente por isso, Aquino reconhece tanta importância no uso da razão humana como meio para atingi-la, o que pressupõe significativa liberdade da consciência humana, pois, uma vez predeterminado o destino do homem, nada haveria para decidir. Isto é, não alcançar essa beatitude natural é uma possibilidade eminente.

Seguir ou não a lei divina é, portanto, resultado da liberdade de consciência do homem. Consentir a lei divina não faz com que o homem fique refém de Deus, mas

acolher conscientemente uma orientação que assiste o homem para seu fim último. Dessa forma, todos os atos humanos dirigem-se para a beatitude. Se a filosofia moral de Aristóteles era caracterizada pela imanência, em Santo Tomás ela é caracterizada pela transcendência, pelo sobrenatural, contemplando aquilo que é perene, eterno e divino, Deus, criador de todas as coisas e portador da beatitude. Está na natureza humana almejar as coisas mais elevadas. Entretanto, o fim último do homem transpassa sua natureza, sendo necessária a Graça Divina.

Referências

Bibliografia básica

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Tradução de Alexandre Corrêa. Organização de Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni. 2ª edição. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, 10 v. Edição Bilingue, português/latim.

Bibliografia complementar

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, 13 ed., 592 p.

PICHLER, Nadir A. *A felicidade na filosofia moral de Tomás de Aquino*. Passo Fundo: Méritos, 2011, 150 p.

PRIMEIRA EPÍSTOLA DE SÃO JOÃO. In: BÍBLIA de Jerusalém. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2002. Cap. 3, vers. 2, p. 2128.

SELEÇÃO de textos / Sto. Tomás de Aquino, Dante Alighieri. Tradução: Luiz João Baraúna et. al. – São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores)

Artigos e trabalhos acadêmicos

COSTA, Bruno Magalhães. O que é isto – O homem? A estrutura da pessoa humana a partir da filosofia de Tomás de Aquino. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, jan./jun. 2020, p. 341-351.

FILHO, Juvenal Savian. O Tomismo e a ética: uma ética da consciência e da liberdade. *Bioethikos*, Centro Universitário São Camilo, 2008, v. 2, n. 2, p. 177-184.

LAUAND, Jean. Revisitando Tomás de Aquino – quatro aspectos de Ética e Educação. *Revista Caminhando*, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017, p. 37-50.

OLIVEIRA, Janduí E. de., COSTA, Marcos R. N. A felicidade na filosofia de Tomás de Aquino. *Ágora Filosófica*, Pernambuco, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011, p. 65-77.

PICHLER, Nadir Antonio. A beatitude pela vida contemplativa em Tomás de Aquino. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 51, n. 1, jan./jun. 2011, p. 8-21.

PICHLER, Nadir Antonio. A beatitude na filosofia moral de Tomás de Aquino. 2009. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PIRATELI, Marcelo Augusto; OLIVEIRA, Terezinha. Breves ponderações sobre o conceito de pessoa em Santo Tomás de Aquino. *Acta Sci. Human Soc. Sci*, Maringá, v. 30, n. 1, p. 105-113, 2008.

SANTOS, Daniel Malaquias dos; MAIA, Thiago Onofre. *Helleniká – Revista Cultural*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 85-106, jan./dez. 2020.

SCOPEL, Edimar. O conceito antropológico de *Imago Dei* na Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino. 2017. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, Passo Fundo, 2017.